



FÓRUM INTERGOVERNAMENTAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

ENCONTRO REGIONAL CENTRO-OESTE

Boletim Informativo Especial

Goiânia, 04 a 06 de abril de 2006

Centro-Oeste inaugura formato regionalizado do FIPIR. Quilombolas são destaque

Cerca de 60 pessoas participaram do I Encontro Regional Centro-Oeste do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), em Goiânia-GO, de 4 a 6 de abril, reunindo um total de 17 municípios, DF e os estados de MS e GO. Na presença dos gestores, autoridades locais e representantes do movimento negro, a Ministra Matilde Ribeiro abriu o evento e reafirmou a importância deste espaço de fortalecimento e articulação de gestores da política de igualdade racial, entre atividades culturais com tambores, viola e *hip hop*. Na manhã do dia 5, o Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi o tema da exposição do Sub-secretário de Comunidades Tradicionais da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), Carlos Eduardo Trindade.

O Sub-secretário ressaltou os avanços obtidos com relação aos quilombolas, como a multiplicação das comunidades e a inclusão do PBQ no orçamento da União: “Quando chegamos ao governo, existiam 743 comunidades quilombolas reconhecidas. Hoje o governo já reconhece a existência de 2.250 comunidades. Além disso, o PBQ já tem orçamento – o que significa colocar em prática o que estava previsto na Constituição”. Para Trindade, os governos dos estados e municípios exercem papel fundamental na implementação do PBQ já que o programa não consegue operar em uma relação direta entre governo federal e quilombolas.

Segundo Marta Ivone, responsável pela Superintendência de Promoção da Igualdade Racial de Goiás (SUPIR), o programa teve um papel muito importante no desenvolvimento das ações voltadas às comunidades quilombolas do

estado: “O lançamento do PBQ aconteceu em uma comunidade Kalunga, mas até então não sabíamos muito sobre os quilombolas. Foi a partir daí que passamos a nos dedicar à questão”.

Desde a chegada do PBQ, o trabalho da SUPIR em Goiás tem se baseado em uma série de diagnósticos das condições das comunidades quilombolas: “Fizemos diversas parcerias para a realização destes levantamentos. Hoje, com a ajuda da SEPPPIR, temos 80 comunidades quilombolas reconhecidas no Goiás. Estamos agora fazendo um esforço para organizar uma associação das comunidades e propondo a criação de um comitê gestor para coordenar as ações das comunidades no estado”, afirma Marta.

Para Dita Godinho, da comunidade quilombola de Nova Esperança-GO, os quilombolas precisam ter mais voz nas discussões que lhes dizem respeito: “Este encontro foi interessante porque os próprios quilombolas puderam participar e se expressar”.



Gestores em atividade de dramatização: “como sensibilizar prefeituras para promoção da política de igualdade racial?”

Mato Grosso do Sul avança na Lei 10.639 / 2003

FIPIR-CO traz demandas de comunidades ciganas

Uma nova questão foi trazida para discussão durante o FIPIR Centro-Oeste. Trata-se das demandas da Associação das Comunidades Ciganas de Goiás, representada por Jesus Manoel Soares, conhecido como Jesus Cigano. Segundo ele, Goiás é o estado com a segunda maior população cigana do país, atrás apenas do estado de São Paulo.

A associação, que reúne mais de 8 mil ciganos, surgiu da iniciativa de Marta Ivone, da Superintendência de Promoção da Igualdade Racial de Goiás (SUPIR) e Oraidia Abreu, do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), em parceria com Jesus. “Percorremos o Estado e fizemos um levantamento dos ciganos – percebemos, então, a necessidade de se criar um organismo de mobilização da comunidade cigana”, afirma Marta.

Segundo Jesus, as comunidades ciganas são muito discriminadas: “Somos os últimos a sermos atendidos no posto de saúde, as escolas não querem nossas crianças”. Ele esperava que a questão cigana fosse mais debatida no FIPIR. Para Maria Inês Barbosa, Sub-secretária de Ações Afirmativas da SEPPIR, isso é natural: “A partir do momento que o grupo cigano vem para a arena política, a tendência disso é mudar. É um processo, como tem sido historicamente para o movimento negro. São alterações de longo prazo”. Segundo ela, o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – a ser lançado em maio – trará uma agenda estratégica específica para os ciganos.

Durante o balanço realizado sobre o avanço das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (PPIR), iniciado pelas gestoras estaduais Ana Sena (MS) e Marta Ivone (GO) e por Tereza da Silva (DF), a educação foi um dos destaques. No Mato Grosso do Sul, além da capacitação de professores sobre a Lei 10.639/2003, que já atingiu cerca de 7 mil pessoas, foi lançado o Caderno Diálogos Pedagógicos, com o objetivo de promover a igualdade racial na educação. O material, elaborado pela Secretaria de Estado de Educação/MS, Núcleo de Estudos Negros e SEPPIR, vem sendo usado para ampliar a capacitação de professores. “Não é uma cartilha para o professor, é um texto que o convida a refletir sobre a desigualdade racial na educação”, afirma Ana Sena, responsável pela Coordenadoria de Políticas para a Promoção da Igualdade do Mato Grosso do Sul (CPPIR).

Outro tipo de desigualdade abordado no FIPIR Centro-Oeste foi a desigualdade de gênero. Para Rurany Ester Silva, especialista convidada do Ministério da Saúde, é importante para os gestores e gestoras atentarem para a discriminação, em geral invisível, das mulheres na sociedade e considerarem a promoção de seus direitos pelas políticas que articulam. Um exemplo: “Ao se pensar acesso à terra, considera-se a mulher como titular ou sempre só o marido ou filho mais velho?”, pergunta Rurany. “Por que não se valoriza a contribuição fundamental das mulheres na preservação da cultura e no cuidado a saúde da comunidade?”. Este papel precisa receber a devida importância e reconhecimento.

Conselho Nacional e FIPIR estabelecem 1º contato

O primeiro encontro regional do FIPIR, no Centro-Oeste, marcou também a aproximação do espaço com o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). Oraidia Abreu, Secretária-Executiva, e João Bosco, conselheiro representante da sociedade civil no Conselho, vieram para conhecer as discussões e apresentar o CNPIR aos participantes do Fórum.

Composto por 18 ministérios, 20 representantes da sociedade civil e 3 personalidades de notório saber nas relações raciais, o Conselho atua como um órgão fiscalizador da implementação das políticas de promoção da igualdade racial. “Controle social é a palavra-chave. Não basta que os governos criem as leis, porque se elas não forem monitoradas, não terão os efeitos desejados”, afirma Oraidia.

O Conselho deve se aproximar cada vez mais do Fórum, participando também de todos os encontros regionais e difundindo a idéia de criação de conselhos estaduais e municipais de promoção da igualdade racial. Segundo Fernanda Papa, da Fundação Friedrich Ebert (FES): “A aproximação é estratégica, além de ser um reivindicação antiga dos participantes do FIPIR. O conselho pode se tornar um ‘protetor’ do Fórum, porque tem legitimidade para cobrar ações do governo”.

Realização:



FIPIR - Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial - Este boletim é uma realização da Fundação Friedrich Ebert (FES / ILDES) – Jornalista responsável: Daniela Kawakami – Mtb 45.085 (Cauxi Comunicação). O boletim e outras informações sobre o FIPIR podem ser lidas nos sites da SEPPIR www.presidencia.gov.br/seppir e da FES www.fes.org.br